

CLIPPING IMPRESSO

18/09/2019



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. DECISÕES.....	2
1.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	3
1.4. SERVIDOR PÚBLICO.....	4 - 7
2. JORNAL EXTRA	
2.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	8
2.2. ESMAM.....	9
2.3. SERVIDOR PÚBLICO.....	10
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. SERVIDOR PÚBLICO.....	11 - 13
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. DECISÕES.....	14 - 15
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. SERVIDOR PÚBLICO.....	16 - 18

ESTADO MAIOR

E MAIS

- Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão deverão escolher hoje o juiz José Gonçalo Filho como novo membro do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).
- O magistrado, que é irmão do prefeito de Santa Rita, Hilton Gonçalo, é o único que concorre à vaga na Corte Eleitoral do Maranhão.

Justiça concede habeas corpus a militar condenado

Dauvane Sousa havia sido condenado a 16,6 anos pela morte de serralheiro em Imperatriz

Divulgação

O Poder Judiciário concedeu, ontem, habeas corpus para o policial Dauvane Sousa Silva, que havia sido condenado no dia 11 de junho deste ano a 16 anos e seis meses de reclusão, pelo assassinato do serralheiro Flávio da Conceição. O assassinato ocorreu no dia 30 de agosto de 2012, no bairro da Caema, em Imperatriz. O outro acusado, o militar Helenilson Pereira Borges, foi absolvido durante o julgamento no 4º Tribunal do Júri de São Luís.

Dauvane Sousa estava preso no presídio militar, no Calhau, desde o julgamento. Ele era lotado no 3º Batalhão da Polícia Militar, em Imperatriz, e também comandava um programa em uma televisão na cidade. Ele ainda chegou a usar o veículo de comunicação e as redes sociais pedindo para ser inocentado.

O Ministério Público Estadual denunciou os dois militares por homicídio qualificado por motivo fútil e mediante recurso que dificultou a defesa da vítima. Segundo as investigações, o serralheiro Flávio da Conceição foi morto a tiros sem chance de defesa por não informar



Soldado Dauvane foi liberado

aos policiais onde estaria o seu irmão, que teria envolvimento com tráfico de drogas em Imperatriz.

Na sentença, o juiz José Ribamar Goulart ressaltou que houve homicídio e tentativa do policial Dauvane em esconder o crime. “As circunstâncias do crime são desfavoráveis ao acusado porque cometeu o crime de madrugada, em local ermo, a fim de garantir a impunidade, visto que nem comunicou o fato aos seus superiores da corporação militar. ●



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 61/2019

Processo nº 30172/2019

Objeto: Registro de Preço para aquisição de software para gestão e acompanhamento de projetos para a Diretoria de Engenharia; **Abertura:** 01/10/2019 às 09:00h (horário de Brasília-DF); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br; **Fone:** (98) 3261-6181/6194. São Luís/MA, 16 de setembro de 2019.

Kátia Araujo Gonçalves - Pregoeira TJMA (Uasg 925125).

Judiciário

Aprovado reajuste salarial de 2,94% a servidores

Deputados estaduais aprovaram requerimento de urgência de autoria de Adriano Sarney, o que garantiu a votação em dois turnos na sessão de ontem. **POLÍTICA 3**

AL aprova reajuste salarial de 2,94% a servidores do Judiciário

Deputados estaduais aprovaram requerimento de urgência de autoria de Adriano Sarney, o que garantiu a votação de dois turnos na sessão de ontem

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou na sessão ordinária de ontem, em caráter de urgência, o Projeto de Lei nº 018/2019, de autoria do Poder Judiciário, que concede reajuste de 2,94% aos salários de todos os servidores efetivos e comissionados, com efeito retroativo a janeiro deste ano.

O projeto, aprovado por unanimidade na Casa, já foi encaminhado pela Mesa Diretora para a sanção do governador Flávio Dino (PCdoB).

A aprovação da peça ocorreu depois de um entendimento entre bancadas independentes e blocos parlamentares, pela rejeição - também por unanimidade - de uma emenda assinada pelo líder do Governo no Legislativo, deputado Rafael Leitoa (PDT), que teria como principal efeito o adiamento da apreciação da matéria.



Deputados votaram em regime de urgência proposta que reajusta o salário dos servidores do Judiciário

A aprovação de um requerimento de urgência de autoria de Adriano Sarney (PV), líder do Bloco de Oposição, foi fundamental para a aprovação em dois turnos do projeto, o que consolidou o reajuste salarial dos servidores do Judiciário.

“Senhor Presidente, uma vez aprovado o requerimento nº 484/2019, de minha autoria, que solicita a imediata votação do segundo turno e finalização definitiva desse projeto que está nesta Casa, desde fevereiro, eu peço aos pares, deputadas e deputados, que a gente possa votar o segundo turno logo do projeto que repara os salários dos servidores e servidoras do Tribunal de Justiça”, disse Adriano, na ocasião da abertura dos trabalhos na Ordem do Dia.

Apesar de o Legislativo ter aprovado reajuste de 2,94%, Adriano ob-

Presidente fala em missão institucional por servidores

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo, exaltou o servidor público do Poder Judiciário, que terá direito a reajuste salarial após aprovação de projeto de lei na Assembleia Legislativa.

O reajuste, segundo o Tribunal de Justiça, consolida uma política institucional voltada para a valorização profissional dos servidores.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua

missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade”, afirmou o presidente do TJ.

O magistrado acompanhou toda a tramitação do projeto no Poder Legislativo, com visitas institucionais ao presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto (PCdoB), e com pedidos de agilidade aos parlamentares na votação da matéria.

José Joaquim também afirmou que o reajuste é o reconhecimento ao esforço e à dedicação diária dos servidores do Judiciário. ●

serviu a necessidade de concessão de reajustes referentes aos anos de 2015, 2016 e 2017, já na gestão do governador Flávio Dino.

“Um projeto importante para todos os servidores do Tribunal de Justiça, pois concede reajuste de 2,94%. O que reflete a inflação de 2018. Mas que, justiça seja feita, ainda deve muito aos servidores do Tribunal de Justiça. Porque o ideal seria que esses servidores e servidoras ainda tivessem o reajuste de 5,67% do ano de 2015, de 6,29% do ano de 2016 e de 3,9% do ano de 2017. Então, o Governo do Estado ainda deve esses reajustes de 2015, 2016, 2017 aos servidores do Tribunal de Justiça”, pontuou.

Na apreciação da peça, não houve votos contrários ou abstenções. A aprovação ocorreu de forma unânime.

ESTADO MAIOR

Problema à vista?

O reajuste concedido aos servidores do Poder Judiciário ontem, pelos deputados estaduais, poderá deixar o governo do Maranhão de saída justa.

Isso porque outras categorias do serviço público já reclamam que não têm reajuste salarial há quase quatro anos.

Professores, policiais civis e demais servidores não têm percentuais a mais em seus vencimentos e isso pode levar a paralisações para pressionar o governo a iniciar mesa de diálogo.

Manobra

Vale lembrar que os deputados governistas até tentaram manobrar para que o reajuste aos servidores do Judiciário não se concretizasse.

Deputados da oposição, como Adriano Sarney (PV), vinham pedindo a votação da proposta.

Ontem, o parlamentar do PV decidiu apresentar um requerimento pedindo urgência na votação e acabou conseguindo levar para o plenário o projeto que concedeu o reajuste de 2,94% dos funcionários públicos.

À espera de um milagre

Por enquanto, os servidores estão mesmo de olho no julgamento sobre a readequação salarial de 21,7% retirados - por força de liminar - dos trabalhadores.

Na sexta-feira, 20, o Tribunal de Justiça vai julgar o mérito e poderá voltar o percentual retirado de quem já havia conseguido na Justiça ou decidir que os servidores não têm direito à readequação.

O Sindsep já está convocando os funcionários públicos para que todos se concentrem em frente ao TJ para pressionar os desembargadores. Será que vai funcionar?

Defensoria ganha espaço nas novas instalações do 1º Cejusc

O defensor público-geral do Estado, Alberto Pessoa Bastos, participou da sessão solene de inauguração das novas instalações do 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cejusc), localizado no piso térreo do Fórum de São Luís (Calhau), nesta segunda-feira, dia 16.

O Cejusc disponibiliza serviços jurídicos, de informação e orientação aos cidadãos, incentivando a solução de demandas por meio da conciliação e da mediação. No local, podem ser solucionadas questões como divórcio, investigação e/ou reconhecimento de paternidade, DNA, pensão alimentícia,

regulamentação de guarda, dissolução de união estável e partilha de bens, entre outros.

O novo Centro Judiciário conta com uma sala destinada ao atendimento da Defensoria Pública do Estado. Para o defensor-geral Alberto Bastos, a entrega do novo espaço contribuirá para o fortalecimento da solução extrajudicial de conflitos na capital. “Um dos nossos objetivos principais na Defensoria é fazer com que o assistido tenha acesso a direitos da maneira mais rápida e mais eficiente e o instrumento para isso é a conciliação. Então, com esta nova estrutura, tendemos a

potencializar essa ferramenta”, destacou.

O coordenador do Nupemec, juiz Alexandre Abreu, enfatizou a importância da presença da Defensoria Pública no espaço. “A DPE legitima todo esse trabalho executado pelo Cejusc porque é uma instituição extremamente reconhecida pela sociedade e que poderá prestar diversos esclarecimentos e informações aos cidadãos que buscarem atendimento”, disse.

Ainda durante a solenidade, foi assinado termo de cooperação técnica entre o Poder Judiciário do Maranhão e a Cemar, por meio do programa “Empresa Amiga da

Justiça” – que incentiva ações conjuntas voltadas para a conciliação.

A inauguração foi conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, e também contou com a presença de outras autoridades como o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; o vice-presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo; o presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJMA, desembargador José Luiz Almeida; e a diretora do Fórum, juíza Diva Maria de Barros Mendes.

Gestão e preservação da documentação do TJMA será integrada a sistemas digitais

Servidores que atuam na gestão e preservação da documentação permanente produzida nos diversos segmentos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concluem, nesta terça-feira (17), o curso de Gestão Documental Aplicada ao Poder Judiciário, promovido pela Escola Superior da Magistratura (ESMAM), em parceria com a Associação dos Analistas Judiciários (ANAJUD).

A iniciativa visa impulsionar as ações do Programa de Gestão Documental - instituído em 2013, promovendo a atualização quanto ao uso da tabela de temporalidade e ajuste desse instrumento aos sistemas digitais do órgão, conforme a legislação, normas e instrumentos veicu-

lados por recomendações do PRONAME-CNJ.

Na abertura do curso, o vice-presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, que preside a Comissão de Documentação, Revista, Jurisprudência e Biblioteca do TJMA, destacou a importância do aprimoramento na área para a correta e eficiente gestão dos documentos, preservação da memória e acesso aos cidadãos.

Participam da capacitação técnicos e analistas das unidades de gestão documental, arquivo e preservação ou divulgação do acervo, assim como das unidades judiciais e administrativas responsáveis pelo gerenciamento dos documentos entre as unidades de processa-

mento e arquivo.

IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA - Para analista bibliotecária, Vanessa Gomes – que auxilia na implantação do projeto de assentamento funcional digital, desenvolvido pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH-TJMA), a gestão de documentos tem importância estratégica dentro da instituição e deve ser responsabilidade de todos, como instrumento de apoio às funções institucionais, à tomada de decisões e à preservação da memória institucional.

“Um dos diferenciais do curso é a atualização da dinâmica de trabalho das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPAD), instâncias já estruturadas e que devem

atuar, juntamente com as unidades de gestão documental, na atualização e governança do procedimentos, instrumentos e políticas adotadas pelo Judiciário”, explica a analista.

Com abordagem prática, o curso trata sobre a legislação arquivística na esfera pública e no âmbito do Poder Judiciário, fundamentos, conceitos e princípios de Arquivologia, análise das Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, caracterização e detalhamento dos instrumentos básicos de gestão documental: plano de classificação de documentos tabela de temporalidade documental, além de questões relacionadas à gestão eletrônica de documentos.

Projeto de Lei que reajusta salário dos Servidores do Judiciário é aprovado

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, nesta terça-feira (17), o projeto de lei 018/2019, de iniciativa do Poder Judiciário, que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores efetivos e comissionados, com efeito retroativo tendo como referência o mês de janeiro deste ano.

Com a aprovação do Projeto de Lei – que segue agora para sanção do governador

Flávio Dino – o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, cumpre mais um compromisso de gestão, com a implementação de uma política institucional voltada para a valorização profissional dos servidores.

O desembargador Joaquim Figueiredo acompanhou de perto a tramitação do projeto no Poder Legislativo, fazendo visitas insti-

tucionais ao presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto, e pedindo agilidade aos parlamentares na votação da matéria.

Ele disse que o projeto que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores é de grande importância para o Poder Judiciário, por beneficiar diretamente servidores da Justiça Estadual, que merecem ser valorizados pelo esforço e dedi-

cação no desenvolvimento de suas atribuições profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade”, afirmou o presidente do TJMA.



Assembleia aprova reajuste de 2,94% nos salários dos servidores do Judiciário

PÁGINA 2

SALÁRIO DO JUDICIÁRIO NO MARANHÃO

Aprovado reajuste salarial de 2,94%

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, nesta terça-feira (17), o Projeto de Lei 018/2019, de iniciativa do Poder Judiciário, que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores efetivos e comissionados, com efeito retroativo tendo como referência o mês de janeiro deste ano.

Com a aprovação do Projeto de Lei – que segue agora para sanção do governador Flávio Dino – o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, cumpre mais um compromisso de gestão, com a implementa-

ção de uma política institucional voltada para a valorização profissional dos servidores.

O desembargador Joaquim Figueiredo acompanhou de perto a tramitação do projeto no Poder Legislativo, fazendo visitas institucionais ao presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto, e pedindo agilidade aos parlamentares na votação da matéria.

Ele disse que o projeto que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores é de grande importância para

o Poder Judiciário, por beneficiar diretamente servidores da Justiça Estadual, que merecem ser valorizados pelo esforço e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade”, afirmou o presidente do TJMA.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



3

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, nesta terça-feira (17), o Projeto de Lei 018/2019, de iniciativa do Poder Judiciário, que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores efetivos e comissionados, com efeito retroativo ao mês de janeiro deste ano.

Tribunal concede habeas corpus ao policial Dauvane

A decisão é da 1ª Câmara Criminal do TJ-MA. O militar foi condenado a 16 anos de reclusão por acusação de homicídio em Imperatriz P8c1

TJ-MA concede Habeas Corpus ao policial militar Dauvane Silva

Foto: O Progresso

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão concedeu ontem Habeas Corpus ao policial militar Dauvane Sousa Silva, que foi condenado a 16 anos de reclusão por acusação de homicídio em Imperatriz.

A decisão unânime foi da 1ª Câmara Criminal, por meio dos desembargadores Antonio Fernando Bayma Araújo (presidente), Raimundo Nonato Magalhães Melo (relator) e João Santana Sousa (revisor).

A solicitação do Habeas Corpus com pedido de liminar de soltura em favor de Dauvane Sousa Silva foi feito pelo advogado Enoque Cavalcante, com respaldo da Associação de Cabos e Soldados, por meio do presidente da entidade, Esmeraldo Júnior, e foi aceito por unanimidade pelos desembargadores.

Dauvane é acusado de ter assassinado o homem identificado por Flávio da Conceição e o julgamento foi feito em São Luís, depois de ter sido iniciado e suspenso em Imperatriz. Na capital, Dauvane foi condenado a 16 anos de reclusão e estava cumprindo a pena em uma cela no Comando Geral da Polícia Militar do



Dauvane Sousa Silva retorna amanhã a Imperatriz

Maranhão. .

Para proceder o pedido, o advogado Enoque Cavalcante lembrou o artigo 5º, LVII da Constituição Federal de 1988, que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

Segundo o presidente da Associação de Cabos e Sol-

dados, o policial Dauvane Sousa Silva, considerado um militar de muita ação, estará de retorno a Imperatriz na manhã desta quinta-feira (19). Dauvane deverá voltar também à ativa. Ele é lotado no 3º Batalhão de Polícia Militar com sede em Imperatriz, onde deverá se apresentar ainda nesta quinta-feira.

Informe JP

Miudinhas

- O deputado Rafael Leitoa participou, ontem, da sessão que aprovou o Projeto de Lei 018/2019, cujo texto reajusta os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário do Maranhão em 2,94%. Aprovado por unanimidade, o projeto vai à sanção governamental.

Aprovado reajuste de 2,94% aos salários dos servidores do Judiciário

Aprovado projeto de lei que garante reajuste de 2,94% aos salários dos servidores do Judiciário

A Assembleia aprovou, nessa terça-feira (17), Projeto de Lei 018/2019, de iniciativa do Poder Judiciário, que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores efetivos e comissionados, com efeito retroativo tendo como referência o mês de janeiro deste ano.

O Projeto de Lei segue agora para sanção do governador Flávio Dino.

O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, acompanhou a tramitação do projeto no Poder Legislativo, fazendo visitas institucionais ao presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto, e pedindo agilidades aos parlamentares na votação da matéria.

Ele disse que o projeto que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores é de grande importância para o Poder Judiciário, por beneficiar diretamente servidores da Justiça Estadual.